

Universidade Federal de Santa Maria  
Pró-Reitoria de Graduação  
Centro de Educação  
Curso de Graduação a Distância de Educação Especial

# ESTÁGIO SUPERVISIONADO/ DÉFICIT COGNITIVO

7º Semestre

1ª Edição, 2006



Secretaria de  
Educação Especial

Secretaria de  
Educação a Distância

Ministério  
da Educação



## Elaboração do Conteúdo

**Profa. Maria Alcione Munhóz**  
**Profa. Soraia Napoleão Freitas**  
**Profa. Michele Quinhones Pereira**  
Professoras Pesquisadoras (Conteudistas)

**Jalusa Oliveira da Silveira**  
Acadêmica Colaboradora

## Desenvolvimento das Normas de Redação

**Profa. Ana Cláudia Pavão Siluk**  
**Profa. Luciana Pellin Mielniczuk** (*Curso de Comunicação Social | Jornalismo*)  
Coordenação

**Profa. Maria Medianeira Padoin**  
Professora Pesquisadora Colaboradora

**Danúbia Matos**  
**Iuri Lammel Marques**  
Acadêmicos Colaboradores

## Revisão Pedagógica e de Estilo

**Profa. Eliana da Costa Pereira de Menezes**  
**Profa. Cleidi Lovatto Pires**  
Comissão

## Revisão Textual

**Profa. Marta Azzolin**  
Coordenação

## Direitos Autorais

(Direitos Autorais | Núcleo de Inovação e de Transferência Tecnológica | UFSM)

## Projeto de Ilustração

**Vinicius de Sá Menezes**  
Técnico

## Fotografia da Capa

Banco de Imagens sxc.hu

## Projeto Gráfico, Diagramação e Produção Gráfica

(Curso de Desenho Industrial | Programação Visual)

**Prof. Volnei Antonio Matté**  
Coordenação

**Clarissa Felkl Prevedello**  
Técnica

**Bruna Lora**  
**Filipe Borin da Silva**  
Acadêmicos Colaboradores

## Impressão

Gráfica e Editora Pallotti

\* o texto produzido é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

E79 Estágio supervisionado/déficit cognitivo : 7º semestre / [elaboração do conteúdo: profa. Maria Alcione Munhóz... et al.] ; revisão pedagógica e de estilo: profa. Eliana da Costa Pereira de Menezes, profa. Cleidi Lovatto Pires].- 1. ed. - Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação a Distância em Educação Especial, 2006.  
p. : il. ; 30 cm.

1. Educação 2. Ensino 3. Pedagogia 4. Atuação pedagógica 5. Estágio supervisionado 6. Déficit cognitivo I. Munhoz, Maria Alcione II. Menezes, Eliana da Costa Pereira de III. Pires, Cleidi Lovatto IV. Universidade Federal de Santa Maria. Curso de Graduação a Distância de Educação Especial

CDU: 371.13

Ficha catalográfica elaborada por  
Maristela Eckhardt CRB -10/737  
Biblioteca Central - UFSM

## Presidente da República Federativa do Brasil

**Luiz Inácio Lula da Silva**

## Ministério da Educação

**Fernando Haddad**  
Ministro da Educação

**Prof. Ronaldo Mota**  
Secretário de Educação a Distância

**Profa. Cláudia Pereira Dutra**  
Secretária de Educação Especial

## Universidade Federal de Santa Maria

**Prof. Clóvis Silva Lima**  
Reitor

**Prof. Felipe Martins Müller**  
Vice-Reitor

**Profa. Nilza Luiza Venturini Zampieri**  
Pró-Reitora de Planejamento

**Prof. Jorge Luiz Cunha**  
Pró-Reitor de Graduação

**Profa. Cleuza Alonso**  
Coordenadora de Planejamento Acadêmico  
e de Educação a Distância

**Prof. Alberi Vargas**  
Pró-Reitor de Administração

**Sr. Fernando Portin da Rocha**  
Diretor do CPD

**Profa. Maria Alcione Munhóz**  
Diretora do Centro de Educação

**Coordenação da Graduação  
a Distância em Educação Especial**

**Prof. José Luiz Padilha Damilano**  
Coordenador Geral

**Profa. Vera Lúcia Marostega**  
Coordenadora Pedagógica e de Oferta

**Profa. Andréa Tonini**  
Coordenadora de Tutorias e dos Pólos

**Profa. Vera Lúcia Marostega e  
Prof. José Luiz Padilha Damilano**  
Coordenadores da Produção do Material do Curso

**Coordenação Acadêmica do Projeto do  
Curso de Licenciatura a Distância de  
Educação Especial - Graduação - Oferta do  
1º ano - Projeto MEC/SEED-UFSM 02/2005**

**Prof. José Luiz Padilha Damilano**  
Coordenador

**Profa. Maria Inês Naujorks**  
Coordenadora/Gestora Financeira do Projeto

**João Rafael Presa Leite**  
Assessor Técnico

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA</b>	05
-----------------------------------	----

## **UNIDADE A**

<b>O CONTEXTO DE ATUAÇÃO PEDAGÓGICA</b>	07
---	----

1. Espaço escolar	09
2. Equipe diretiva e pedagógica	17
3. Projeto Político Pedagógico e Regimento	21
4. Atividades de apoio	25

## **UNIDADE B**

<b>A PROPOSTA PEDAGÓGICA</b>	27
------------------------------	----

1. Delimitação do campo de estágio	29
2. Elaboração dos objetivos	31
3. Elaboração da revisão bibliográfica e construção do referencial teórico	34
4. Elaboração dos procedimentos metodológicos	35

## **UNIDADE C**

<b>REGÊNCIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO</b>	37
---	----

1. Elaboração, execução e avaliação dos planos de aula	39
--	----

## **UNIDADE D**

<b>RELATÓRIO TEÓRICO-PRÁTICO DA REGÊNCIA</b>	45
--	----

1. Elaboração do relatório das atividades desenvolvidas na atuação pedagógica	47
2. Apresentação do relatório	49

## **REFERÊNCIAS**

Referências Bibliográficas	50
----------------------------	----

# Apresentação da Disciplina

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO/ DÉFICIT COGNITIVO

7º Semestre

A disciplina Estágio Supervisionado/Déficit Cognitivo apresenta os fundamentos teóricos que irão subsidiar a prática pedagógica de professores de alunos com déficit cognitivo. Ao término da disciplina, o aluno deverá ser capaz de: atuar pedagogicamente, avaliando o processo de aprendizagem do aluno, considerando os aspectos sócio culturais, cognitivos, lingüísticos, emocionais e psicomotores, assim como atuar pedagogicamente avaliando o contexto escolar para as transformações necessárias.

Nossa disciplina tem uma carga horária de 135 horas distribuídas em 45 horas/aula teóricas e 90 horas/aulas práticas. Para efetivação do que se propõe a disciplina, estaremos disponibilizando um cronograma de atividades, via internet, onde ficaremos em permanente contato para qualquer dúvida que possa surgir no decorrer do curso.

Além do caderno didático que estará a sua disposição, a disciplina o recurso on line, que nos proporcionará o estar junto virtual, entre os diferentes recursos disponíveis, trabalharemos com chat, fórum, biblioteca, a serem agendados antecipadamente com você e a coordenação do curso.

*Esta disciplina será desenvolvida com uma carga horária de cento e trinta e cinco (135) horas/aula.*

### Entenda os nossos ícones!



#### Alerta

Alerta o leitor sobre algum assunto que está sendo tratado no momento.



#### Saiba Mais - Recomendação

Indica fontes externas e outras leituras, como livros, sites na internet, artigos, outros itens da própria apostila, etc.



#### Conteúdos Relacionados

Sugere ao aluno conhecer um ou mais conteúdos específicos para melhor entendimento do conteúdo atual.



#### Atividades

As atividades dizem respeito aos exercícios abordados no tópico anterior, podem ser analógicas ou digitais.

UNIDADE

# A

## O CONTEXTO DE ATUAÇÃO PEDAGÓGICA

**Pesquisadora:**

**Prof<sup>a</sup>. Soraia Napoleão Freitas**

**Objetivos da Unidade:**

Esperamos que, após o estudo dos conteúdos desta unidade, o aluno seja capaz de:

- compreender a função social da escola, enquanto instituição educativa, relacionando e revendo seu papel a partir das mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea;
- avaliar a importância da equipe diretiva e pedagógica na realização e na implementação das atividades, como também, na organização escolar;
- entender o processo de construção e articulação do projeto político pedagógico com a organização escolar, como também, verificar a consonância destes, buscando minimizar problemas, possibilitando definir projetos futuros;
- conhecer as modalidades de atendimento especial para alunos com déficit cognitivo, possibilitando uma atuação consciente e crítica.

# Introdução

A unidade A denominada, O contexto de atuação pedagógica, tem como propósito disponibilizar o conhecimento dos indicadores contextuais que orientam a prática pedagógica no espaço escolar, com relação à equipe diretiva e pedagógica, legislação e atividades de apoio.

## *O contexto de atuação pedagógica*

Nessa unidade de estudo, pretendemos desvelar o contexto de atuação pedagógica do educador especial, explicitando as peculiaridades do espaço escolar. Para tal, serão aprofundados conceitos que levem à compreensão da configuração da instituição

escolar, também atentando para sua administração, através do estudo da equipe diretiva e pedagógica, do projeto político pedagógico e das atividades de apoio. Esperamos, com este estudo, lançar bases para que o educador especial sinta-se conhecedor do contexto no qual irá atuar e que, ao dominar os conhecimentos básicos da estrutura organizacional da escola, seja capaz de articular práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. Da mesma forma, pretende-se proporcionar aos alunos em processo de formação a compreensão dos contextos mais amplos em que os profissionais da educação exercem suas atividades e de seu papel na organização da escola.



Pretendemos que o educador especial atue na organização escolar como um agente criativo e inovador nos processos pedagógico-didáticos, curriculares e organizacionais, assumindo papel de sujeito transformador da escola e do sistema escolar.

### **Espaço Escolar:**

Entendemos a escola como uma organização de trabalho pedagógico, em que predomina a prática interativa, participativa, solidária, fruto da construção coletiva de seus vários profissionais (PILETTI, 1998).



Figura A.1: Espaço escolar



# 1 Espaço Escolar

Tratar da temática 'espaço escolar' remete ao questionamento da função social da escola, enquanto instituição educativa na atualidade. Essa indagação parte da necessidade de rever o papel da instituição escolar face às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo.

É partindo dessa premissa que se torna imprescindível, ao educador em formação, o domínio dos aspectos legais, pedagógicos e organizacionais da escola para uma atuação profissional consciente e crítica. Conforme afirmam Libâneo et al:

A nosso ver, o exercício da profissão ganha mais qualidade se o professor conhece bem o funcionamento do sistema escolar (as políticas educacionais, as diretrizes legais, as relações entre escola e sociedade, etc.) e das escolas (sua organização interna, as formas de gestão, o currículo, os métodos de ensino, o relacionamento professor-aluno, a participação da comunidade, etc.) e aprende a estabelecer relações entre essas duas instâncias (2005, p. 289).

Primeiramente, ao tratar da temática 'espaço escolar', é necessário o esclarecimento de alguns conceitos que erroneamente são utilizados como sinônimos no estudo do contexto escolar. Trata-se de diferenciar sistema de educação, sistema de ensino e sistema escolar, conceitualmente. Para este esclarecimento, serão utilizados os pressupostos de Piletti (1998). Nessa perspectiva, podemos entender que:

- **Sistema de educação:** tem sentido amplo já que se confunde com a própria sociedade. Parte do entendimento que a sociedade educa, através dos seus agentes sociais, a exemplo das pessoas, famílias, grupos informais, escolas, clubes, associações, etc.

- **Sistema de ensino:** refere-se a uma abrangência intermediária, contemplando as escolas e todas as instituições que se dedicam ao ensino em âmbito federal, estadual e municipal.

- **Sistema escolar:** tem abrangência limitada, pois somente compreende a rede de escolas e sua estrutura de sustentação. Assim, as escolas e sua estrutura são consideradas um sistema, pois formam um conjunto de elementos interdependentes, constituindo um todo organizado. A educação oferecida pelo sistema escolar caracteriza-se por ser intencional e sistemática, ou seja, segue finalidades explícitas de instrução e ensino, mediante uma ação consciente, deliberada e planejada.

É interessante, pois, ressaltar que a escola e a sociedade estão intrinsecamente relacionadas e, portanto, são interdependentes,

já que o trabalho docente constitui parte do processo educativo mais global, no qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social. Como explicita Libâneo:

A educação - ou seja, a prática educativa - é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. Não há sociedade sem prática educativa, nem prática educativa sem sociedade (1994, p. 17).

Considerando o compromisso da sociedade com a educação e, em consequência, da prática educativa com o meio social no qual está inserida, podem ser elencadas algumas contribuições que a sociedade pode estar articulando para auxiliar o sistema escolar. Segundo Piletti (1998), estas contribuições seriam quanto: a) aos objetivos: considerando que o sistema escolar tem uma função social, a sociedade deve participar no sentido de estabelecer os objetivos, as aspirações e as necessidades de sua realidade social; b) ao conteúdo cultural: considerando a produção do conhecimento historicamente acumulada, cabe à sociedade auxiliar a escola na configuração dos conhecimentos necessários à formação dos indivíduos pertencentes ao seu grupo; c) aos recursos humanos: o funcionamento do sistema escolar depende de pessoas com diferentes tipos de qualificação, a exemplo de professores, auxiliares, técnicos, administradores escolares, etc.; d) aos recursos financeiros: necessidade de reverter recursos compatíveis com a importância fundamental da educação para a sociedade; e) aos recursos materiais:

estabelecimento de parcerias entre as indústrias e estabelecimentos comerciais da sociedade com a escola; f) aos alunos: partindo do pressuposto de que a educação é um direito de todos e que os alunos são a razão de ser dos sistemas escolares, a sociedade deve aliar-se à escola para reivindicar a ampliação das oportunidades educacionais de qualidade para todos os seus membros.

É nesse sentido que atualmente fala-se em gestão participativa. Este é um movimento, com base na legislação educacional, que pretende ser uma forma de resistência às formas conservadoras de organização e gestão escolar e procuram adotar formas alternativas para a construção da escola como um ambiente democrático, formadora de cidadãos críticos e participativos. Nas palavras de Libâneo et all:

A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais (2005, p. 328).

Logo, dentre os princípios orientadores do sistema escolar, sendo considerado um subsistema social, para o favorecimento de um bom funcionamento, devem ser analisados os seguintes aspectos: planejamento - ato de organizar as tarefas previamente para o alcance dos objetivos postos; coordenação - articulação de soluções integradas para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, estabelecimento de planos e programas previamente estruturados e analisados coletivamente; descentralização - princípio que prevê a resolução dos desafios postos para o sistema escolar em nível local, pressupondo autonomia na ação organizativa; delegação de competência



Maiores esclarecimentos nesse sentido podem ser encontrados na obra BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- promoção de liberdade de decisão e ação para o exercício da docência com responsabilidade, com base no trabalho em grupo; avaliação - pressupõe a verificação do andamento do processo escolar, do alcance dos objetivos propostos e da redefinição das medidas a serem efetivadas. Como referencia Nóvoa, "os processos de mudança e de inovação educacional passam pela compreensão das instituições escolares em toda a sua complexidade técnica, científica e humana" (1995, p.16).

É nesse sentido que o conhecimento e a discussão do espaço escolar deve ser permeado pelo entendimento dos conceitos de organização e gestão da escola. Como referenciam Libâneo et all:

"A organização e a gestão constituem o conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados" (2005, p. 293).

Ou seja, a organização e a gestão do espaço escolar se refere ao conjunto de normas, diretrizes, estrutura organizacional, ações e procedimentos que asseguram o uso dos recursos - humanos, materiais, financeiros e intelectuais - de maneira racional.

Nesse sentido, as escolas devem ser consideradas enquanto territórios de atores educativos internos e externos em constante interação. Assim, para proceder a análise dessas instituições é necessário mobilizar as dimensões pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo a ação pedagógica a perspectivas

técnicas, eficazes, ou ainda, à racionalidade empresarial. Nas palavras de Alarcão:

"(...) se quisermos mudar a escola, devemos assumi-la como organismo vivo, dinâmico, capaz de atuar em situação, de interagir e desenvolver-se ecologicamente e de aprender a construir conhecimento sobre si própria nesse processo" (2001, p. 27).

Libâneo et all (2005) afirmam que a organização e gestão da escola devem corresponder às necessidades da instituição escolar, buscando articular meios para a realização dos objetivos específicos emergentes. Por isso, o processo organizacional da escola deve prover as condições necessárias para o bom funcionamento desta escola e do trabalho em sala de aula; promover o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação e da avaliação das ações coletivamente; garantir a realização da aprendizagem para todos os alunos.

Deve-se, pois, enfatizar a profissão docente e o processo de formação dos professores na organização do trabalho cotidiano. Nesse procedimento de formação balizada na prática pedagógica, o profissional deve ser reflexivo, ou seja, questionar sua tarefa, as estratégias mais adequadas e os recursos que devem ser reunidos. Segundo Perrenoud:

o profissional deve "questionar a organização e a divisão do trabalho, as evidências que veiculam a cultura da instituição e da profissão, as diretrizes da contextualização, os saberes estabelecidos e o aspecto ético, que permeia todos esses aspectos" (2002, p. 65).

Na perspectiva dessa explanação, o professor, além de dirigir o trabalho em sala de aula de uma turma, deve ser membro de uma equipe de trabalho que discute, assume decisões e define normas de ação, de modo que os procedimentos organizacionais da escola sejam construídos conjuntamente pelos sujeitos que nela atuam.

Desse modo, a prática reflexiva deve se constituir enquanto relação ativa, crítica e autônoma com o mundo, dependendo da postura assumida pelo professor, transcendendo a competência metodológica, mas se estruturando na resolução de problemas do cotidiano educacional e renunciando procedimentos padronizados. Como afirma Pimenta, é preciso "ressignificar os processos formativos a partir da reconstrução dos saberes necessários à docência, colocando a prática pedagógica e docente escolar como objeto de análise" (2005, p. 15).

Sob esse prisma, uma escola bem organizada e gerida conscientemente é aquela criadora de mecanismos que asseguram as condições organizacionais facilitadoras do bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos tenham acesso bem sucedido aos conteúdos escolares. Libâneo et al (2005) pontuam algumas características das organizações escolares bem organizadas: professores preparados, que tenham clareza de seus objetivos e conteúdos, que planejam suas ações pedagógicas e que utilizam métodos e procedimentos avaliativos adequados às

condições de aprendizagem dos alunos; existência de projeto político pedagógico bem definido, que assegure consenso mínimo entre a direção da escola e o corpo docente acerca dos objetivos, métodos de ensino e sistemática de avaliação; um bom clima de trabalho, em que haja trocas de experiência e empenho de todos os profissionais; estrutura organizacional e boa organização do processo de ensino e aprendizagem, que motive todos os alunos a aprender; papel significativo da direção e da coordenação pedagógica, que articulem o trabalho em conjunto com todos os professores; disponibilidade de condições físicas e materiais, de recursos didáticos, de biblioteca e outros, que propiciem aos alunos oportunidades concretas para aprender; estrutura curricular e modalidades de organização do currículo com conteúdos bem selecionados, bem como critérios adequados de distribuição de alunos por sala; e, por fim, disponibilidade da equipe para aceitar inovações, observando o critério de mudar sem perder a identidade.

Como postula Bolívar (1997), o estabelecimento de ensino, além de um lugar de trabalho, somente será unidade de formação se houver lugar para uma aprendizagem institucional ou organizativa. Como evidencia o mesmo autor:

"isto quer dizer que o contexto e as relações de trabalho ensinam e que a organização, como conjunto, aprende a partir de sua própria história e memória como instituição" (BOLÍVAR, 1997, p.81).

Há, portanto, um paralelismo entre a administração e a pedagogia, à medida que, tanto as teorias pedagógicas como as administrativas se fundamentam na mesma concepção de homem, de sociedade e de

organização. Ou seja, a concepção de educação e aprendizagem da escola refletem-se diretamente na estrutura organizacional do ambiente de ensino.

Partindo desse pressuposto, as teorias das organizações que aprendem têm origem nos novos paradigmas de compreensão das instituições, visando superar as concepções fordistas que se mostraram fracassadas por não conseguirem abarcar a complexidade inerente aos seres humanos e as suas relações de aprendizagem. Nas palavras de Bolívar:

A "aprendizagem organizacional" funciona como uma referência para entender como as mudanças cognitivas ou práticas dos indivíduos, que se dão nos lugares de trabalho, estão dependentes de novos padrões organizativos e mentais. A aprendizagem implica, assim, a criação de interpretações de fatos e de conhecimentos construídos socialmente que, gerados internamente ou provenientes do exterior, se tornam parte da organização (1997, p. 83)

Dessa forma, a aprendizagem organizativa depende da identidade organizativa e das competências que uma organização possui em função de sua história anterior, de aprendizagens. Essas aprendizagens podem se dar a partir de transferências de uma organização para outra ou por incorporação de novos indivíduos, de uma aprendizagem autêntica durante a atividade a acionar saberes prévios e ao aprender com a prática (BOLÍVAR, 1997).

Na perspectiva de Nóvoa (1995), nos últimos tempos, a sociologia das organizações escolares têm se aberto aos modelos políticos - que introduziram uma série de conceitos, dentre eles: poder, disputa, ideologia, controle, regulação, etc. - e aos modelos simbólicos - que tonificam o significado que os diversos atores dão aos acontecimentos e se relaciona

aos aspectos de caráter incerto e imprevisível dos processos organizacionais mais previsíveis. Recorrendo aos modelos político e simbólico, o mesmo autor postula que:

"o funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre a estrutura formal e as interações que se produzem no seu seio, nomeadamente entre grupos com interesses distintos" (NÓVOA, 1995, p. 25).

A partir desse entendimento, o autor (1995) elenca que os estudos que tem como centro as características organizacionais das escolas, baseiam-se em três grandes áreas: 1) a estrutura física da escola: dimensão da escola, recursos materiais, número de turmas, edifício escolar, organização dos espaços, etc.; 2) a estrutura administrativa da escola: gestão, direção, controle, inspeção, tomada de decisão, pessoal docente, auxiliar, participação das comunidades, relação com as autoridades centrais e locais; 3) a estrutura social da escola: relação entre alunos, professores, funcionários, responsabilização e participação dos pais, democracia interna, cultura organizacional da escola, clima social, etc. Sob esse prisma, Nóvoa aponta que:

Os ambientes educacionais têm de adquirir uma grande mobilidade e flexibilidade incompatível com a inércia burocrática e administrativa que os tem caracterizado. O poder de decisão deve estar mais próximo dos centros e intervenção, responsabilizando diretamente os atores educacionais (1995, p.17).

Nesse entendimento, da mesma forma que as instituições educacionais se preocupam com a aprendizagem e o processo avaliativo de seus alunos, devem preocupar-se também com sua aprendizagem organizativa e sua auto-avaliação, considerando a prática educativa como

#### Fordistas

Concepções fordistas referem-se à inserção da produção em série como fatos revolucionários na indústria e no comércio, portanto a divisão das operações em seus elementos constituintes demonstrado que reflete na fragmentação do espaço escolar (CHIAVENATO, 1999).

possibilidade de criar alternativas credíveis para a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido no interior desses ambientes.

Como referencia Alarcão:

A escola que se pensa e que se avalia em seu projeto educativo é uma organização aprendente que qualifica não apenas os que nela estudam, mas também os que nela ensinam ou apóiam estes e aqueles. É uma escola que gera conhecimento sobre si própria como escola específica e, desse modo, contribui para o conhecimento sobre a instituição chamada escola (2001, p. 15).

Com esse entendimento, as instituições escolares não devem ser pensadas como tempo de preparação para a vida, mas como o próprio tempo e local de vivência da cidadania. Com posse desse pressuposto, os diferentes ambientes de ensino devem refletir os anseios da sociedade e esta deve se engajar nos processos organizacionais escolares através da participação efetiva.

Partindo dessa conjectura, Alarcão (2001) elenca dez fatores que, segundo ela, possibilitariam a mudança na organização da escola:

1) a centralidade das pessoas na escola e o poder da palavra: ou seja, a importância dos sujeitos que fazem parte da instituição escolar e suas interações que frutificam em trocas de vivências experienciais;

2) liderança, racionalidade dialógica e pensamento sistêmico: são os fatores que devem caracterizar as escolas participativas e democráticas, permitindo a possibilidade de formular estratégias políticas definidas interativamente, sustentando uma organização dinâmica, humana e responsável;

3) a escola e seu projeto próprio: reflete a necessidade de as escolas estruturarem seu próprio projeto educativo, resultante da visão

que a instituição pretende para si própria, visão apoiada na função da escola e de sua concepção sobre a educação;

4) a escola entre o local e o universal: diz respeito à escola contatar com a aldeia global da qual faz parte, partilhando e socializando com as outras escolas seus saberes e fazeres educacionais;

5) a educação para o e no exercício da cidadania: parte do princípio que a escola não deve preparar para a cidadania, mas vivê-la na compreensão da realidade, no exercício da liberdade e da responsabilidade, na intenção e interesse pelo outro, no comprometimento e respeito à diversidade;

6) articulação político-administrativo-curricular-pedagógica: refere-se à necessidade de integrar esses vetores de forma que eles estejam coordenados e não sejam trabalhados em compartimentos estanques, mas em ambiência colaborativa e facilitadora;

7) o protagonista do professor e o desenvolvimento da profissionalidade docente: ou seja, a necessidade do professor ultrapassar a dimensão pedagógica e desempenhar seu papel como ator social na política educativa;

8) o desenvolvimento profissional na ação refletida: significa pensar a formação a partir dos contextos escolares, consciência do professor de que a formação está sempre em processo, nunca concluída;

9) escola em desenvolvimento e aprendizagem à epistemologia da vida da escola: construção de uma epistemologia da prática como resultado do conhecimento que os profissionais constroem a partir da reflexão sobre as suas práticas;

10) desenvolvimento ecológico de uma

escola em aprendizagem: interação da escola com as transformações ocorridas no mundo e no ambiente circundante da instituição, entrar na dinâmica atual marcada pela abertura, interação e flexibilidade.

Da mesma forma, Nóvoa (1995) identifica algumas características que na sua visão são determinantes para a eficácia das escolas, procurando que essas alternativas destacadas sirvam de apoio à regulação das organizações escolares e à compreensão das suas características dinâmicas: autonomia da escola, liderança organizacional, articulação curricular, otimização do tempo, estabilidade profissional, formação do pessoal, participação dos pais, reconhecimento público e apoio das autoridades.

Sob esse ponto de vista, a forma como serão dinamizadas ou estruturadas essas características anteriormente explicitadas possui relação íntima com a cultura organizacional da escola, que pode ser entendida como composta por diferentes elementos que condicionam sua configuração interna e o estilo de interações que estabelece com a comunidade .

No que tange aos elementos da cultura organizacional, Nóvoa (1995) pontua:

1) bases conceituais e pressupostos invisíveis: conjunto que integra os valores, as crenças e as ideologias dos membros da organização;

2) manifestações verbais e conceituais: integra um conjunto de elementos conceituais que tem de ser escritos, tais como os objetivos organizacionais, o organograma ou plano de estudos;

3) manifestações visuais e simbólicas: constituídos por elementos que têm uma forma

material, passíveis de serem identificados através de uma observação visual, como a arquitetura do edifício escolar, equipamentos, mobília, ocupação do espaço, vestuário de alunos, professores e funcionários, etc.;

4) manifestações comportamentais: incluem-se todos os elementos suscetíveis de influenciar o comportamento dos atores da organização, também pertencem os rituais e cerimônias que fazem parte da vida organizacional.

É interessante evidenciar que a cultura organizacional da escola será constituída em consonância com o projeto educativo organizado pela instituição, ou seja, é o projeto educativo construído na coletividade dos membros que compõe a instituição, na qual será refletida a concepção de homem, educação e sociedade que orientará as ações pedagógicas. Com base nos estudos de Nóvoa (1995), o projeto educativo deve contemplar três áreas de intervenção: a área escolar, que diz respeito ao conjunto das decisões ligadas ao estabelecimento de ensino e ao seu projeto educativo; a área pedagógica, que se refere fundamentalmente à relação educativa professor-aluno, às interações didáticas, à gestão curricular e a área profissional, em que se situam as questões do desenvolvimento profissional, da carreira docente e da organização técnica dos serviços, representando um espaço de autonomia relativa do professorado.

Para tal, a escola deve ser considerada em sua dimensão complexa, a fim de possibilitar que a formação seja um processo centrado na escola, fazendo do estabelecimento de ensino um lugar de onde emergem atividades de formação dos seus profissionais, com o fim de

identificar problemas, construir soluções e definir projetos futuros. Nesse intento, Alarcão define a escola reflexiva como:

"uma organização que continuamente se pensa a si própria, na sua missão social e na sua organização, e se confronta com o desenrolar da sua atividade em um processo heurístico simultaneamente avaliativo e formativo" (2001, p. 25).

Esse processo implicaria o desenvolvimento nas instituições educacionais de uma gestão participada e participativa, capaz de traduzirem as mudanças necessárias para que a formação possa produzir a inovação e o desenvolvimento organizacional da escola. Faz-se necessário, pois, criar dispositivos e dinâmicas de gestão que propiciem aos trilhadores educacionais transformarem as suas aprendizagens em ação.



## 2 Equipe diretiva e pedagógica

Considerando que:

"(...) a organização escolar refere-se aos princípios e procedimentos relacionados à ação de planejar o trabalho da escola, racionalizar o uso de recursos (materiais, financeiros e intelectuais) e coordenar e avaliar o trabalho das pessoas, tendo em vista a consecução dos objetivos" (LIBÂNEO ET ALL, 2005, p. 316);

é possível afirmar que o investimento em estratégias empresariais e fragmentadoras na organização escola, certamente trará conseqüências ineficazes à prática educativa. Logo, reiteramos a necessidade de a escola buscar fundamentos para sua gestão na própria realidade educacional, valorizando as especificidades educacionais nas práticas organizativas. Nesse sentido, pontua-se que "(...) a organização escolar define-se como unidade social que reúne pessoas que interagem entre si, intencionalmente, operando por meio de estruturas e processos organizativos próprios" (LIBÂNEO, 2005, p. 316).

Cabe, pois, delinear a estrutura organizacional de uma escola com gestão participativa, apresentando os elementos de composição da estrutura organizacional básica: Conselho de escola, Direção, Setor técnico-administrativo, Setor pedagógico, Instituições auxiliares, Corpo docente e Alunos.

O conselho de escola tem atribuições consultivas, deliberativas e fiscais em questões definidas na legislação estadual ou municipal e no regimento escolar, envolvendo aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros. A

função do conselho escolar é democratizar as relações de poder, geralmente é eleito no início do ano letivo e é constituído por 50% dos profissionais integrantes da escola e 50% de representantes da comunidade.

A direção da escola é constituída pelo diretor (a) da escola que possui a função de coordenar e organizar todas as atividades da escola, auxiliado pelos demais elementos do corpo técnico-administrativo e do corpo de especialistas, assumindo também a tarefa de atender as determinações dos órgãos superiores do sistema de ensino e da comunidade.

O setor técnico-administrativo diz respeito aos meios de trabalho que asseguram o atendimento dos objetivos e das funções da escola, compreendendo os serviços auxiliares como a secretaria escolar, a zeladoria, a vigilância e o serviço de multimeios como a biblioteca, os laboratórios, os equipamentos audiovisuais, a videoteca e outros recursos didáticos.

O setor pedagógico compreende as atividades do coordenador pedagógico, do orientador educacional e o conselho de classe. Ao coordenador pedagógico cabe coordenar, acompanhar, assessorar, apoiar e avaliar as atividades pedagógico-curriculares. Este profissional tem atribuição de prestar assistência pedagógica e didática aos professores em suas respectivas disciplinas e promover a relação e a informação, para os pais e a comunidade, do funcionamento pedagógico, curricular e didático

da escola. No que tange ao orientador educacional, este profissional deve atentar para o atendimento e acompanhamento individual dos alunos em suas dificuldades pessoais e escolares, promovendo a relação escola-família. Já o conselho de classe delibera acerca da avaliação discente, articulando ações preventivas sobre o rendimento dos alunos, sobre o comportamento destes e sobre as promoções e reprovações.

Quanto às instituições auxiliares, poderiam ser destacadas as Associações de Pais e Mestres (APM) e o Grêmio Estudantil. A Associação de Pais e Mestres reúne os pais de alunos, os docentes e técnico-administrativos e os alunos maiores de 18 anos, funcionando por meio de uma diretoria executiva e de um conselho deliberativo. Já o Grêmio Estudantil é uma entidade representativa de alunos, que lhes confere autonomia para se organizarem de acordo com seus interesses, com finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais.

O corpo docente consiste no conjunto dos professores em exercício na escola, cujo objetivo prioritário na instituição deve ser o processo de ensino e aprendizagem. Estes, junto à direção e aos especialistas, constituem a equipe escolar. Aos professores, além do exercício da docência, cabe a responsabilidade na participação da elaboração do projeto pedagógico, da realização das atividades escolares, das decisões do conselho de escola, de classe ou série, das reuniões com pais, da APM e das demais atividades cívicas, culturais e recreativas da comunidade. O corpo discente inclui os alunos que freqüentam a escola e suas instâncias de representatividade.

Logo, partimos do pressuposto que a

organização e os processos de gestão assumem diferentes modalidades, conforme a concepção que se tenha das finalidades sociais e políticas da educação, em relação à sociedade e à formação de alunos. A fim de estabelecer um vínculo maior com a organização escolar, é necessário esclarecer alguns aspectos que dizem respeito à estrutura administrativa da escola. Piletti (1998) destaca quatro áreas que fazem parte da estrutura formal da escola: programação, recursos materiais, pessoal escolar e corpo discente.

Quanto à programação, o autor afirma que: "Programar significa estabelecer objetivos e serem atingidos e atividades próprias para alcançá-las" (1998, p. 121). Assim, a escola constantemente deve estar revendo seus objetivos, analisando que metas alcançou e quais são prioridades, e avaliando o porquê de não ter alcançado certos resultados. A programação escolar, nessa perspectiva, não deve ser tarefa da direção ou da administração da escola, mas deve envolver toda a comunidade na qual está inserida.

Na programação, são identificados quatro setores: o mecanismo administrativo, que seria o conjunto de órgãos e posições administrativas da escola; o plano escolar, que trata-se do plano de todas as atividades da escola; o plano didático, que se refere ao planejamento dos currículos e programas de acordo com os objetivos nas diferentes áreas de estudo, disciplinas e séries; e os planos de trabalho, que visam à adequação do plano geral - escolar e didático - às possibilidades concretas de cada turma de alunos.

Em relação aos recursos materiais, estes dizem respeito ao terreno, ao prédio escolar,

suas instalações, o mobiliário, o material didático, o material permanente, o material de consumo, os recursos financeiros, etc. Eles deveriam ser suficientes para o funcionamento satisfatório de todas as dimensões da escola.

O pessoal escolar, segundo Piletti (1998), é organizado nas seguintes categorias: a administração, composta pelo diretor e auxiliares de direção; o corpo docente, que seriam os professores lotados na instituição; o pessoal técnico, integrado pelo orientador educacional, assistente pedagógico, psicólogo escolar, médico, dentista, bibliotecário, etc.; e o pessoal auxiliar que seriam secretário, escriturário, serventes, etc.

Por fim, o corpo discente envolve os alunos que participam do processo educacional da instituição escolar e, segundo Piletti, "O aluno não deve ser o objeto, mas o sujeito da vida escolar" (1998, p. 122). Essa afirmação pressupõe que o aluno deve participar das decisões da escola, contribuindo para a melhoria do ambiente de ensino e aprendizagem no qual está inserido e vivendo constantemente desafios que culminam na tomada de decisão e na vivência democrática.

Compreendida a organização formal da escola, cabe delinear quais seriam as funções da equipe diretiva e pedagógica, já que são de fundamental importância para o desenvolvimento satisfatório da instituição escolar. Libâneo et al (2005) referenciam que a direção e a coordenação correspondem a tarefas agrupadas sob o termo 'gestão'. Nesse sentido, afirmam:

A gestão refere-se a todas as atividades de coordenação e de acompanhamento do trabalho das pessoas, envolvendo o cumprimento das

atribuições de cada membro da equipe, a realização do trabalho em equipe, a manutenção do clima de trabalho, a avaliação de desempenho. Essa definição aplica-se aos dirigentes escolares, mas é igualmente aplicável aos professores, seja em seu trabalho na sala de aula, seja quando são investidos de responsabilidades no âmbito da organização escolar (LIBÂNEO ET ALL, 2005, p. 349).

Sob esse prisma, elencam algumas tarefas imprescindíveis à equipe diretiva, para possibilitar à escola o funcionamento pautado no trabalho coletivo: a) execução coordenada e integral de atividades dos setores e dos indivíduos da escola, conforme as decisões tomadas coletivamente; b) assegurar o processo participativo de decisão, atentando para que estas decisões sejam convertidas em medidas efetivamente concretas e possíveis de cumprimento; c) articulação das relações interpessoais na escola e no âmbito em que o dirigente desempenha duas funções.

Nesse contexto administrativo, que visa superar concepções de administração fragmentadas e pautadas em princípios empresariais, a direção da escola deve também assegurar a implementação do projeto político pedagógico da escola, a partir de uma discussão coletiva, que permita a unidade da ação educativa escolar. Com isso, o diretor deve assumir um perfil de educador animado com a tarefa educacional e articulador dos processos democráticos de decisão. Conforme as palavras de Piletti:

O diretor não é apenas uma autoridade que representa a escola em momentos especiais. É principalmente um administrador que sabe interpretar as aspirações comuns e é capaz de orientar todos em direção aos objetivos estabelecidos no planejamento escolar (1998, p. 123).

O autor referido acima organiza as funções da administração escolar em três grupos: funções pedagógicas, funções sociais e funções burocráticas. As funções pedagógicas referem-se às atividades típicas da escola, como a orientação das atividades dos professores - procurando promover o trabalho conjunto, a orientação de outras atividades escolares - tendo em vista o desenvolvimento integral dos alunos, a pesquisa e experimentação de novos processos de ensino, bem como estímulo aos professores para a atualização constante e a promoção de discussões e trocas de idéias entre os professores e os alunos, objetivando a melhoria das condições de ensino e realização pessoal.

As funções sociais, são os compromissos com a sociedade na qual a escola está inserida e englobam as seguintes atividades: integração escola-comunidade - a comunidade deve estar presente na escola, auxiliando na elaboração de objetivos e avaliação dos resultados, a prestação de serviços - a escola deve estar a serviço da comunidade a qual pertence, procurando atender suas necessidades e estimulando a discussão coletiva social, possibilitando à população a reflexão sobre suas condições de vida, bem como buscando articular propostas para a melhoria da qualidade de vida.

Em relação às funções burocráticas, estão diretamente ligadas ao controle do cumprimento da legislação e a supervisão do funcionamento geral da escola, tanto no aspecto didático, quanto nos aspectos administrativos e materiais. Vale destacar que algumas

instituições escolares priorizam as funções burocráticas, deixando em segundo plano as funções pedagógicas e sociais. Isso contrapõe-se à proposta de gestão democrática e promove o enrijecimento da administração escolar e, em consequência, um trabalho fragmentado e desarticulado com a realidade social. É preciso que a equipe diretiva e pedagógica da escola atente para as funções com o mesmo grau de igualdade, promovendo prioritariamente uma administração com princípios educacionais e não empresariais.

Nesse sentido, a direção, no contexto escolar, deve assumir uma postura diferenciada do conceito utilizado nas empresas, pois transcende a mobilização das pessoas para a realização eficaz das atividades, isso porque implica intencionalidade, definição de um rumo educativo e tomada de posição diante dos objetivos escolares, políticos e pedagógicos. A direção, nessa perspectiva, assume um papel de articuladora da gestão escolar participativa, que é caracterizada pela autonomia da escola e da comunidade educativa, pela relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar, pelo planejamento das atividades, pela formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar, pela utilização de informações concretas e análise de cada problema em seus múltiplos aspectos, com ampla democratização das informações e pelas relações humanas produtivas e criativas, assentadas na busca de objetivos comuns (LIBÂNEO, 2005)

# 3 Projeto Político Pedagógico e Regimento

## ***A escola e o Projeto Político Pedagógico:***

O Projeto Político Pedagógico é fruto de reflexões e investigações acerca das diferenças existentes entre professores, equipe técnica administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade escolar. Sua construção é um convite à reflexão sobre a função social da escola, pois é no projeto pedagógico que a escola se posiciona e se compromete com uma educação de qualidade para todos os seus alunos. Por isso, deve ser entendido como uma prática que se aprimora no processo, em que todos são co-responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso das ações propostas.

Em sua organização, estão contempladas as "vontades" individuais manifestadas no coletivo. Este projeto não acaba nunca, mesmo que mudem as pessoas envolvidas, isto porque ele exprime os princípios que norteiam o planejamento pedagógico, o cotidiano escolar, a sua identidade, sendo, portanto, institucional.

De acordo com Veiga (1998), o Projeto Político Pedagógico é um produto específico que reflete a realidade escolar, ou seja, o estudo do meio no qual a escola está inserida e das suas relações, reforçando o trabalho integrado e organizado da equipe escolar. Por isso, torna-se um indicador da diversidade existente nos espaços escolares, apresentando uma proposta capaz de garantir o atendimento às especificidades de todos os alunos, definindo

claramente o tipo de ação educativa que se pretende realizar.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que expressa os resultados das reflexões, participações e discussões coletivas de uma comunidade escolar comprometida com os resultados educacionais e que, ao buscar a identidade para sua escola, a particulariza perante as demais. É importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico, sendo um instrumento de identidade da escola, ele possibilita transformar em realidade social o compromisso de fazer acontecer de fato "o direito de todos a uma educação de qualidade".

A identidade da escola reflete os princípios norteadores propostos, reafirmando nas suas práticas educacionais cotidianas o compromisso com a conquista de direitos e cidadania para os alunos.

## ***Importância da construção do Projeto Político Pedagógico:***

A finalidade do Projeto Político Pedagógico é oferecer aos alunos e aos professores a oportunidade de manifestarem sua ambição e seus desejos como co-autores e participantes do processo de construção de sua identidade, única, diferenciada, caracterizada por suas

### **Projeto Político Pedagógico**

Um compromisso assumido e definido coletivamente, que vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas. Reflete na capacidade da escola delinear sua própria identidade (VEIGA, 1998).

### **Projeto Político**

Compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 2001).

### **Pedagógico**

Define as ações educacionais características necessárias às escolas para que cumpram seus propósitos e finalidades.

peculiaridades, e acima de tudo, garantir a sua autonomia.

Conforme Veiga (1995, p. 19), "o significado de autonomia remete-nos para as regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas".

No entanto, para garantir a autonomia, faz-se primordial, além do comprometimento ético profissional de todos os agentes envolvidos, a vontade de mudar, de desacomodar-se, de desafiar o novo para promover a qualidade educacional idealizada que vê, na escola, a mediadora de um ensino voltado para a formação do indivíduo integral, do alunocidadão.

Dessa forma, fica clara a necessidade de construir o Projeto Político Pedagógico da escola numa unidade de trabalho que contemple a cada um dos participantes: professores, pais, alunos, dirigentes, pessoal técnico, representantes da comunidade escolar a sua efetiva contribuição na elaboração da proposta educacional.

Sendo esta uma tarefa coletiva, que envolve a totalidade da instituição escolar, o projeto expressará a totalidade do ato educacional a partir da filosofia e dos princípios de trabalho da escola, em harmonia com a educação nacional. Ele tem como objetivos: estrutura organizacional; infra-estrutura física; currículo; tempo escolar; métodos e técnicas de ensino; aperfeiçoamento do seu pessoal; recursos pedagógico e financeiro; gestão educacional, parceria com a comunidade e órgãos não governamentais; processo de aprendizagem e avaliação do aluno e da instituição.

A participação efetiva de toda comunidade escolar, nas decisões administrativas e pedagógicas, descentraliza o poder, mostra confiança e o crédito no trabalho da equipe.

Neste ponto de vista, formar um aluno com identidade própria, com habilidades e competências para atuar na sociedade, passa a ser uma tarefa primordial da escola e esta, por sua vez, precisa pensar madura e claramente sua função. De acordo com Boas (1998), a escola tem o direito e o dever de organizar o trabalho pedagógico de forma que contribua para a formação do cidadão, pois a razão de sua existência é proporcionar aprendizagem a todos os alunos.

O conhecimento adquirido na escola deve levar o aluno a utilizá-lo na sua vida diária, ajudando-o a atuar na sociedade em termos mais amplos, consciente de sua cidadania. Este é o desafio proposto à escola e, por consequência, aos educadores que nesta totalidade passam a gestores educacionais.

De detentor do saber, o educador passa a ser um facilitador, um intermediário entre o conhecimento acumulado, o interesse e as necessidades dos educando.

Também se faz necessário uma conscientização acerca dos fundamentos que norteiam as políticas educacionais e, após, será possível partir para a elaboração de um Projeto Político de escola que esteja coerente à

realidade na qual se insere e, ao mesmo tempo, atenda, não só os interesses impostos pelo poder, mas oportunize a gestão democrática, a construção da cidadania individual e coletiva.

Assim, devemos entender a escola como um coletivo, pois esta requer um trabalho em equipe, no qual o objetivo maior seja a promoção do aluno, a superação de ensino fragmentado e divisão hierárquica e burocrática, muito demonstrada no cotidiano escolar. Logo, o objetivo educacional é facilitar a aprendizagem e esta deve ser oportunizada a todos, sendo que a educação é um direito adquirido, respaldado pelas políticas públicas vigentes no nosso país. Diante disso, o Projeto Político Pedagógico deve contemplar também os aspectos referentes à inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Compreende-se que todo espaço educacional, bem como todo o Projeto Político Pedagógico, pressupõe a convivência entre seus pares. Assim sendo, as possibilidades de convívio, de trocas, de vivências do cotidiano indicam o objetivo implícito no processo de aprendizagem e desenvolvimento humano. De acordo com Osório (2001) o Projeto Político Pedagógico deve ser entendido como uma estratégia que busca corrigir distorções educacionais, acobertadas ou não, possibilitando a explicitação dos reais propósitos do processo ensino-aprendizagem, mas essencialmente, o sentido da escolaridade na vida de cada cidadão, como um instrumento de mediação entre as necessidades dos alunos e a realidade social.

Dessa forma, a escola deverá preocupar-se em oportunizar a todos os alunos um currículo que dê conta de lidar com as diferenças individuais, métodos institucionais diversifica-

dos, envolvimento de todos os profissionais da educação, pois se entende que, quanto mais presente estas preocupações, maiores serão as chances de que a escola seja inclusiva.

### ***Escola Inclusiva e o***

#### ***Projeto Político Pedagógico:***

Construir um modelo de educação inclusiva não depende somente da formulação de políticas públicas, mas se consolida com o compromisso político e a participação de todos os segmentos da sociedade em querer construir uma sociedade de todos e para todos. Para que se tenham escolas realmente inclusivas, democráticas e de qualidade, é necessário apoio pedagógico às necessidades especiais dos alunos, organização escolar para contemplar a todos, de forma que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno.

Nesse sentido, construir uma gestão escolar para uma escola inclusiva significa valorizar a idéia de um Projeto Político Pedagógico de responsabilidade com a comunidade escolar, pensando na diversidade dos envolvidos na escola. Implica transformações no contexto educacional, mudanças de idéias, atitudes, novas formas de relacionamento sociais tanto no âmbito político, quanto no administrativo e no didático-pedagógico.



Mais informações sobre o Projeto Político Pedagógico encontram-se no Caderno de Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica.



Informações sobre a legislação educacional brasileira, você poderá encontrar no endereço <http://portalme.gov.br> (legislação educacional).

#### **Currículo**

Segundo Perrenoud (2002), currículo se refere ao caminho que desejamos que os alunos percorram. É a organização do conhecimento escolar e por isso não é neutro, expressa uma cultura.

A escola que possui alunos incluídos deve se planejar para implementar as adequações necessárias a fim de garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais ao conhecimento. Para tanto, os gestores (diretor, professores, coordenadores, etc.) devem criar procedimentos mais flexíveis de gestão, remanejando recursos pedagógicos, diversificando as opções educacionais e estabelecendo relações com a comunidade.

Neste sentido, a educação escolar passa a ser concebida num sentido amplo e restrito, apontando que deve ocorrer predominantemente por meio do ensino, de forma planejada e organizada de acordo com os recursos e procedimentos pedagógicos necessários. Isso estimula uma atitude coletiva institucional e, dessa forma, passa a exigir uma nova compreensão do significado e das dimensões do ato pedagógico, devendo ser concebido numa proposta que explicita o papel institucional e seus reais propósitos, o que só é possível, a partir de um Projeto Político Pedagógico num movimento autônomo e próprio.

Para Osório (1998), essa possibilidade de construção do Projeto Político Pedagógico deve ser concebida, com todas as limitações e dificuldades, como um dos elementos de construção social, que requer três princípios norteadores. O primeiro refere-se à igualdade de direitos, independente da origem e condições sociais. No segundo, a escola passa a ser compreendida como espaço social de socialização e integração do homem ao conhecimento historicamente construído. O terceiro e último, trata da preparação cultural

como meio da inserção social do indivíduo como cidadão, independente de suas condições humanas, numa dimensão democrática.

Entretanto, essa possibilidade só poderá ocorrer mediante uma mudança de valores e atitudes não só na estrutura da sociedade ou da própria escola, mas nas diferentes concepções de educação. O momento histórico-social exige a compreensão do paradoxo da inclusão social, associada aos reais princípios democráticos, neste caso, do aluno, como a possibilidade e o compromisso pedagógico que todos os educandos são capazes de aprender a partir de suas condições pessoais, pelos seus limites e pelas suas possibilidades.

Diante desses princípios, é exigida da escola uma reestruturação de suas dinâmicas, flexibilizando seus critérios e os procedimentos pedagógicos, levando em conta a diversidade de seus alunos, abrindo um diálogo junto à comunidade escolar que permita discussões e propicie medidas diferenciadas, principalmente em seus procedimentos metodológicos e de avaliação, que contemplem as diferenças individuais dos alunos.

Esta postura diferenciada reflete alguns elementos de ordem teórico-metodológica, como, por exemplo, as atividades de apoio para inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.



Para rever as alternativas metodológicas de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, retome os cadernos didáticos: Fundamentos da Educação Especial II e Alternativas Metodológicas para Alunos com Déficit Cognitivo.



Dica de leitura para você refletir sobre diversidade e inclusão escolar. MANTOAN, T. E. O direito à diferença nas escolas - questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiência. In: **Revista Educação Especial**. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação/ Departamento de Educação Especial. Vol. 1 (2004) - Nº 23, 2004, Santa Maria.



## 4 Atividades de Apoio

As atividades de apoio relacionadas a seguir, vêm contribuir para o desenvolvimento dos alunos incluídos nas classes comuns do ensino regular.

**Sala de recursos:** é um serviço escolar de apoio pedagógico especializado, no qual o professor, com formação em Educação Especial, realiza a complementação e/ou suplementação curricular, usando procedimentos e materiais específicos. Isso faz com que os alunos com necessidades educacionais especiais que freqüentam a classe comum de ensino regular (Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Educação de Jovens e Adultos) se mantenham-se na classe regular.

As atividades nestas salas seguem uma dinâmica de trabalho condizente com as dificuldades e necessidades dos alunos e dos recursos a serem adaptados. As salas de recursos funcionam em dois turnos - manhã e tarde.

De acordo com Beyer (2005), o professor da sala de recursos deve disponibilizar ao professor em sala de aula subsídios conceituais e metodológicos, conforme forem as necessidades educacionais dos alunos.

**Instituição especializada:** conforme Castro (2003), destina-se à educação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais que requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, como também, auxílios intensos e contínuos e adaptações e flexibilizações curriculares tão significativas que a escola comum não tenha conseguido atender. Isso pode-se efetivar em instituições especiais, a qual pode ser uma

escola especial, organizada para atender exclusivamente alunos com necessidades especiais. É importante ressaltar que, complementar a esse atendimento, sejam prestados serviços de apoio nas áreas da saúde, trabalho e assistência social.

**Classe hospitalar:** constitui-se também num tipo de auxílio educacional especializado, desenvolvido por professor com formação em Educação Especial. É destinada a promover a educação escolar de alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial.

**Atendimento domiciliar:** atendimento educacional prestado ao aluno com necessidades educacionais especiais, em sua casa, face a impossibilidade de sua freqüência à escola.

**Ensino itinerante:** Segundo Beyer (2005) é um auxílio especial, que se caracteriza pela prestação de serviços. Esse auxílio é realizado, geralmente, por um professor com formação em educação especial a alunos com necessidades educacionais especiais que se encontram matriculados em escolas públicas do ensino comum. Os professores itinerantes visitam várias escolas onde prestam apoio aos professores e aos alunos.

**Estimulação essencial:** Muitas terminologias são usadas para designar uma mesma prática de atendimento a crianças com necessidades educacionais especiais em idades entre zero e três anos e onze meses: intervenção precoce, solicitação ao desenvolvimento, estimulação precoce, estimulação essencial. No entanto,

muitos profissionais passaram a adotar a última expressão. Isso porque "precoce" na língua portuguesa significa prematuro, antecipado e o atendimento em estimulação não é feito antes do tempo certo. Sua aplicação se dá antes que os problemas no desenvolvimento da criança se tornem irreversíveis, atuando como fator de prevenção e redução dos efeitos de certas deficiências. Por isso ele é essencial ao desenvolvimento e, feito no momento oportuno, faz jus à terminologia "estimulação essencial".

Assim, seja qual for a expressão adotada oficialmente, o sentido que se atribui a seu contexto deve ser baseado nos conhecimentos atuais sobre o assunto. Para um melhor esclarecimento do que significa estimulação essencial, as Diretrizes do MEC (1995, p.11) adotaram o seguinte conceito:

"conjunto dinâmico de atividades e de recursos humanos e ambientais incentivadores que são destinados a proporcionar à criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo".

Estimulação essencial é toda atividade que favorece e enriquece o desenvolvimento físico, mental e social da criança, utilizando recursos como: diálogos, brincadeiras, exploração de objetos e espaços. Oportunizando experiências significativas, resultantes da interação ativa da criança com os estímulos que o meio oferece, facilitam-se os processos evolutivos do desenvolvimento infantil.

É importante destacar que o propósito da estimulação não é "normalizar" as crianças que participam do programa, mas sim de prevenir, detectar, minimizar os efeitos da deficiência, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada uma. Podemos inferir também que os estímulos devem estar de acordo com o desenvolvimento alcançado pela criança. Sempre que ela responder positivamente a cada estímulo e demonstrar perfeito domínio das habilidades estimuladas, deve-se passar a estímulos mais elaborados, facilitando desse modo, seu desenvolvimento.



Figura A.2: Espaço de atendimento de apoio

# B

## A PROPOSTA PEDAGÓGICA

**Pesquisadoras:**

**Prof<sup>a</sup> Maria Alcione Munhóz**

**Prof<sup>a</sup> Michele Quinhones Pereira**

### **Objetivos da Unidade:**

Ao término desta Unidade, espera-se que o aluno seja capaz de:

- criar meios para a identificação da importância que tem o planejamento da proposta pedagógica principalmente no que diz respeito ao conhecimento do contexto em que a prática pedagógica vai ocorrer; cuidado do professor para a elaboração dos objetivos do seu trabalho; efetivação de uma bem determinada revisão bibliográfica; e construção do referencial teórico que apresente os fundamentos epistemológicos para a elaboração dos procedimentos metodológicos que subsidiarão a prática docente.
- compreender que esse conjunto de procedimentos resulta numa proposta de ação e mediação facilitadora da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, um incentivo a sua aprendizagem e não num retrocesso ou possível fracasso deles.

# Introdução

A Unidade B, A proposta pedagógica, procura destacar a importância do conhecimento do contexto em que a prática vai ocorrer. Privilegia a ênfase do criterioso cuidado do professor na elaboração dos objetivos do seu trabalho, da efetivação de uma bem determinada revisão bibliográfica e a construção do referencial teórico que apresente os fundamentos epistemológicos para elaboração dos procedimentos metodológicos. Esses

fundamentos subsidiarão a prática docente especialmente no que diz respeito as necessidades e características específicas dos alunos. A fim de que esse conjunto de procedimentos resulte numa proposta de ação e mediação facilitadora da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, é necessário um incentivo a sua aprendizagem e não num retrocesso ou possível fracasso

# 1 Delimitação do campo de estágio

A unidade de estudo aqui apresentada tem por objetivo definir aspectos que são essenciais na efetivação de uma proposta pedagógica que possa estabelecer uma relação dialógica na relação professor-aluno. Para tanto, propomos inicialmente uma breve referência aos espaços de atendimento pedagógico que oportunizam o atendimento para alunos com déficit cognitivo que, nesse caso, será o campo de estágio em que o educador em formação irá atuar.

Conhecer o campo de estágio, ou seja, o contexto em que o educador em formação vai atuar é fundamental, principalmente porque é no domínio da realidade presente, no seu diagnóstico que surgirão os indicadores para um eficiente planejamento. É, portanto, imprescindível que o educador em formação procure conhecer todos os indicadores que determinam a proposta pedagógica da instituição, o fim ao qual se destina na realidade existente.

A proposição reflexiva da realidade tem a ver com uma proposta que prevê o acesso de todos os alunos à educação. Conseqüentemente implica uma atenção às diferenças do indivíduo, ao contexto onde a aprendizagem vai se operacionalizar e os métodos de ensino que serão utilizados para que a aprendizagem possa se efetivar com qualidade e significação para o aluno. Com essa ênfase, os espaços educacionais se articulam para uma organização que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos,

especialmente aqueles que possam apresentar necessidades educacionais especiais como nesse caso déficit cognitivo. As ações educacionais que favorecem as especificidades dos alunos e que valorizam suas necessidades pessoais e individuais também impõem de serviços que assegurem a acessibilidade. Esta, obviamente seria uma referência inicial para o conhecimento da realidade escolar e domínio do campo de estágio, como indicadores iniciais para estudo da realidade.

Com os pressupostos acima citados que dizem respeito a aspectos da realidade e, sendo o professor o dinamizador do trabalho, sua responsabilidade de conhecer o contexto da sua prática e a organização dos planos de ensino, adequados às necessidades especiais dos alunos com déficit cognitivo, se faz essencial. A adequação dos conteúdos, a clareza dos objetivos, com medidas avaliativas adequadas é essencial para o sucesso de todos os alunos. A promoção de meios para o respeito à diferença e cidadania dos alunos na escola, sem dúvida, é um desafio da educação e de todos os professores ou outros interessados.

Muito embora a possibilidade de atendimento pedagógico aos alunos com déficit cognitivo em espaços como: a classe especial; a sala de recursos; instituição especializada; classe hospitalar; ensino itinerante; inclusão nas classes do ensino regular, ainda conste no documento referente à Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEESP, 1994), sendo

**Educador em formação**  
A terminologia educador em formação refere-se ao aluno estagiário.

assim uma recomendação oficial. Para atender à diversidade, o professor necessita conhecer os contextos de aprendizagem, a realidade a que vai aplicar o plano de ensino, verificando as limitações dessa realidade, os recursos disponíveis para superar as dificuldades apresentadas (LIBÂNEO, 1994). Conhecer o contexto da aprendizagem, ou seja, o campo de estágio, é um meio para que a ação educativa tenha abrangência eficiente para

todos os envolvidos no processo de aprendizagem e na sua relação dialógica.

A responsabilidade com a aprendizagem dos alunos é um compromisso coletivo que envolve mais do que o professor, porque esta afeto também aos demais membros que compõem a comunidade escolar e a família. Nesse sentido, são muitos os que se encontram envolvidos e responsáveis com a ação de ensinar e aprender de todos os alunos.

## 2 Elaboração dos objetivos

Na perspectiva do trabalho do professor, os objetivos educacionais são indispensáveis, porque, para a organização dos conteúdos e métodos, esses sempre irão refletir os objetivos que se deseja alcançar (Libâneo, 1994). Toda a ação do professor constante em seu planejamento sempre estará respaldada por aquilo que está definido como objetivo a ser alcançado.

É a atuação pedagógica com suas atividades, métodos, técnicas que determina os meios facilitadores da aprendizagem, levando as atividades da instituição e do professor para uma determinada direção. Para que os procedimentos revelados na ação pedagógica possam se efetivar com qualidade, promovendo a autonomia e cidadania dos alunos, sempre serão norteados por objetivos, em outras palavras, não existe prática pedagógica sem objetivos (Libâneo, 1994). Os objetivos são diretrizes indicadoras da ação do professor em todas as atividades de ensino/aprendizagem e que se fará sempre constar em seu planejamento.



Para outros detalhes sobre planejamento escolar, planejamento no âmbito da sala de aula e planejamento de ensino, recomenda-se o caderno de Didática, elaborado pelo Prof. Dr. Eduardo Terrazan.

Dessa forma, é possível dizer que o planejamento é um instrumento que direciona o processo educacional e que o processo de planejamento educacional é feito em três níveis: o plano da escola, o plano de ensino e o plano de aula. (LIBÂNEO, 1994), (MENEGOLLA & SANT'ANNA, 1998).

O plano da escola é o planejamento global da escola que serve como roteiro de orientação para o planejamento de ensino. O documento é resultado do trabalho coletivo e reflete os propósitos e a prática dos professores. Assim, o professor ou o professor em formação, ao elaborar o plano de ensino, tem que analisar o plano global da escola para poder imprimir nos seus planos de ensino aquilo que está contido no projeto da escola.

O plano de ensino dinamiza toda ação escolar, compreendida no plano curricular da escola. Nos planos de ensino, são trabalhados a filosofia da escola, os objetivos, as disciplinas, os conteúdos e o desenvolvimento metodológico. O plano de aula sistematiza a ação do professor para uma aula ou mais. É a previsão dos conhecimentos e conteúdos para ser executada na sala de aula. Toda decisão e ação a ser tomada no planejamento deve se fundamentar nos objetivos.

Os objetivos mostram o caminho a seguir e os meios para agir. Portanto, depois de conhecer a realidade escolar e do aluno na organização do planejamento, o professor necessita definir os objetivos gerais e específicos.

Os objetivos gerais expressam a idéia de amplitude quanto ao papel da escola e do ensino frente às exigências apresentadas pela sociedade e diante do desenvolvimento da personalidade dos alunos. (LIBÂNEO, 1994)

É do objetivo geral que serão traduzidos os objetivos específicos de cada matéria, de acordo com o grau escolar e faixa etária dos alunos. Os objetivos específicos de ensino expressam exigências e resultados sobre o que se deseja alcançar com os alunos no decorrer do processo de ensino.

Nesta perspectiva, significa dizer que o professor sempre trabalha alicerçado em objetivos. Assim, quando um professor prepara uma atividade para os seus alunos, conscientemente ou não, está pensando em objetivos. Isto indica que o plano de aula elaborado pelo professor irá guiar a sua práxis na sala de aula.

Para tanto, é de extrema importância que o professor estude os melhores métodos para oportunizar uma aprendizagem consistente e que seja facilitadora para que os alunos com necessidades educacionais especiais venham a ser cidadãos ativos na sociedade.

O primeiro passo do professor no processo pedagógico é a elaboração dos objetivos. Segundo (LIBÂNEO, 1994), pode-se vislumbrar os objetivos em três níveis:

- pelo sistema escolar, que expressa as finalidades educativas de acordo com ideais e valores dominantes na sociedade;
- pela escola, que estabelece princípios e

diretrizes de orientação do trabalho escolar com base num plano pedagógico-didático que represente o consenso do corpo docente em relação à filosofia da educação e à prática escolar;

- pelo professor, que concretiza, no ensino da matéria, sua própria visão de educação e de sociedade.

Em relação aos objetivos gerais e suas aplicações para a atividade docente no lócus da sala de aula, o professor necessita conhecer os objetivos determinados pelo sistema escolar, assim como qual é a concepção de homem e sociedade que expressam os documentos oficiais, considerando que estes, na maioria das vezes, não levam em conta os interesses da maioria da população. (LIBÂNEO, 1994)

Os objetivos específicos estabelecem a relação entre escola e sociedade e principalmente do papel da matéria de ensino. Eles explicitam a expectativa do professor sobre o que deseja alcançar dos alunos no decorrer do processo de ensino.

Cada matéria de ensino está orientada para objetivos que explicitam resultados a obter: conhecimentos, habilidades e hábitos, atitudes e convicções, através dos quais se conduz ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral do aluno. Em razão disso, há uma interlocução entre os objetivos, os conteúdos e os métodos. (LIBÂNEO, 1994)

É conveniente assinalar que o professor necessita ligar os objetivos específicos aos objetivos gerais, considerando "a situação concreta (da escola, da matéria, dos alunos) em que serão aplicados." (LIBÂNEO, 1994, p.126), a fim de que o que está previsto como objetivo tenha realmente uma finalidade



específica a ser contemplada na realidade a que se destina.

Ainda conforme Libâneo (1994, p.127), seis aspectos necessitam ser considerados quando se fala em objetivos:



- especificar conhecimentos, habilidades, capacidades que sejam fundamentais para serem assimiladas e aplicadas em situações futuras, na escola e na vida prática;

- observar uma seqüência lógica, de forma que os conceitos e habilidades estejam inter-relacionadas, possibilitando aos alunos uma compreensão de conjunto (isto é, formando uma rede de relações na sua cabeça);

- expressar os objetivos com clareza, de modo que sejam compreensíveis aos alunos e permitam, assim,

que estes introjetem os objetivos de ensino como objetivos seus;

- dosar o grau de dificuldades, de modo que expressem desafios, problemas, questões estimulantes e também viáveis;

- sempre que possível, formular os objetivos como resultados a atingir, facilitando o processo de avaliação diagnóstica e de controle;

- como norma geral, indicar os resultados do trabalho dos alunos ( que devem compreender, saber, memorizar, fazer etc.).

### 3 Elaboração da revisão bibliográfica e construção do referencial teórico

O significado de um estudo pode ser vislumbrado indicando sua contribuição para a construção do conhecimento e sua validade para a prática profissional. A relevância referente ao estudo dependerá dos objetivos do estudo e do aporte teórico, que fundamenta as idéias daquilo que é proposto no planejamento.

Estabelecidos os objetivos, o professor tem a responsabilidade, no seu planejamento, de realizar uma revisão inicial da literatura pertinente para identificação dos aspectos relevantes e relações significativas na proposta pedagógica.

Ao propor um tema em sua proposta de ação pedagógica, sempre haverá a necessidade de ela estar ancorada num quadro teórico que será o aporte de sustentação dos fundamentos do trabalho prático. O referencial teórico tem de estar coerente com os objetivos e a metodologia adotada na execução prática do planejamento. Uma vez definido o caminho do corpo teórico, essa definição não impossibilita que sejam, na medida das necessidades, acrescentadas outras indicações teóricas, desde que estas sejam compatíveis com a posição anterior.

Quando Marques (2001) faz referência à importância de uma boa revisão bibliográfica, como meio de definição segura do campo teórico a ser seguido, ele revela que não se trata de ler todos os livros, coletar indefinida-

mente dados de difícil aproveitamento posterior. Principalmente porque uma atitude do professor tomada dessa forma pode inviabilizar seu trabalho, sob pena de não conseguir iniciar sua execução em consequência da abrangência das informações. O professor corre o risco de ter muitas informações sem muito aprofundamento e por vezes argumentos até contraditórios.

Cabe então ao professor o cuidado de selecionar sempre fundamentos teóricos que justifiquem as razões e os argumentos mantendo a integridade temática da proposta a ser executada.

Na sua ação docente, o professor, ao propor seu planejamento, tem que ter sempre em mente sua responsabilidade de também ser um pesquisador. Dessa forma, podemos assim parafrasear Marques (2001), quando esse revela que o pesquisador, ao desenhar o referencial teórico, deve, invocar uma específica comunidade de argumentação em que se efetive o unitário processo de interlocução e certificação social de saberes postos à discussão em cada tópico a ser desenvolvido.

O professor pesquisador que tem conhecimento e domínio do referencial teórico que fundamenta sua prática não será pano de fundo no debate, ele estará a todo momento interferindo, dizendo o que pensa, o que conhece sobre o tema, assumindo compromisso no texto e no contexto que está produzindo.

## 4 Elaboração dos procedimentos metodológicos

O detalhamento dos procedimentos metodológicos se caracteriza pela seleção de atividades, formas de atuação desencadeadas na sala de aula pelo professor e aluno, tendo em vista alcançar os objetivos.

Os métodos de ensino expressam a ação do professor e do aluno para atingirem objetivos e conteúdos. A organização planejada e sistematizada das ações do professor e do aluno visa o desenvolvimento da aprendizagem. Segundo Libâneo (1994), os métodos de ensino se fundamentam num método de reflexão e ação sobre a realidade educacional, de modo a articular a todo instante o processo de conhecimento e a atividade prática humana na sociedade.

Como na disciplina de Didática já houve um detalhamento acerca das diferentes técnicas de ensino, não nos deteremos na descrição desses procedimentos.



Para retomar esse conteúdo verifique o Caderno de Didática -3º semestre, elaborado pelo Prof. Eduardo Terrazan.

Com o fim de repensar alguns princípios orientadores da prática de ensino, convém citar Libâneo (1994, p.155 a 160) quando este aponta alguns princípios básicos do ensino para orientar a prática do professor:

- ter caráter científico e sistemático - os conteúdos de ensino devem estar em correspondência com os conhecimentos científicos atuais e com os métodos de investigação próprios de cada matéria;
- ser compreensível e possível de ser assimilado - a cientificidade e sistematicidade devem ser compatíveis com as condições prévias com os quais os alunos se apresentam em relação à assimilação de novos conteúdos;



Figura B.1: O professor planejando a aula

- assegurar a relação conhecimento-prática-dominar conhecimentos e habilidades é saber aplicá-los, tanto nas tarefas escolares como nas tarefas da vida prática;

- assentar-se na unidade ensino-aprendizagem - a direção pedagógica do professor consiste em planejar, organizar e controlar as atividades de ensino, de modo que sejam criadas as condições em que os alunos dominem conscientemente os conhecimentos e métodos da sua aplicação e desenvolvam a

iniciativa, a independência de pensamento e a criatividade;

- garantir a solidez dos conhecimentos - este princípio é alcançado no próprio processo de assimilação de conhecimentos, habilidades e hábitos;

- levar à vinculação o trabalho coletivo - particularidades individuais- o trabalho docente deve ser organizado e orientado para educar a todos os alunos da classe coletivamente.

UNIDADE

# C

## REGÊNCIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

**Pesquisadoras:**

**Prof<sup>a</sup>. Maria Alcione Munhóz**

**Prof<sup>a</sup>. Michele Quinhones Pereira**

### **Objetivos da Unidade:**

Apresentar alguns fundamentos que auxiliem a compreensão da importância do criterioso cuidado que requer um planejamento para regência em instituições de ensino.

Possibilitar aquisição de conhecimento para que o educador em formação possa desenvolver uma ação pedagógica elaborando, executando e avaliando planos de aula.

# Introdução

A Unidade C, Regência em instituições de ensino, traz em seu conteúdo uma abordagem quanto a elaboração, execução e avaliação dos planos de aula.

# 1 Elaboração, execução e avaliação dos planos de aula

Essa unidade tem como propósito fazer referência a alguns aspectos referentes à elaboração, execução e avaliação de planos de aula. Na verdade, é essencial destacar que o professor, ao pensar na sua ação docente, no seu planejamento, inclui também por consequência a responsabilidade com a elaboração de planos de aula. É o plano de aula o instrumento dinamizador da ação do professor em seu dia a dia de trabalho.

As atividades a serem desenvolvidas com alunos, sejam eles pessoas com ou sem necessidades educacionais especiais, prescindem um plano de aula, visto que é nessa parte do planejamento que estão contidos os objetivos específicos do trabalho, a metodologia a ser usada nas atividades definidas para a consecução dos objetivos e a avaliação pedagógica que será utilizada.

Para elaboração do plano de aula é conveniente que o professor tenha sempre muito bem definida a realidade em que esse plano vai ser aplicado. Quem são os alunos? Quais suas necessidades mais emergentes? De que maneira vai programar as ações para que os objetivos definidos previamente possam ser atingidos.



Figura C.1: Professor executando seu plano de aula

Não é somente a simples aceitação dos alunos com suas individualidades, suas particularidades e diferenças que vão garantir o sucesso ou fracasso na aprendizagem. Para isso, é preciso muito mais, como por exemplo, conteúdo e atividades que levem em conta aspectos positivos da aprendizagem de todos os alunos. No caso dos alunos com necessidades educacionais especiais, sempre é conveniente o aspecto positivo da aprendizagem desses e também o que o professor percebe de positivo nas suas atitudes. No caso, a família e as informações que ela pode fornecer à escola e

ao professor são contribuições de grande valor. Um trabalho cooperativo para coleta de informações sobre as particularidades dos alunos é indispensável. A participação e cooperação de pais e outros profissionais com fornecimento de informações e planejamento de atividades que possam promover o desenvolvimento global do aluno, sua autonomia e avanços significativos no processo de aprendizagem.

O plano de aula bem elaborado prescinde de um cuidado criterioso para que contenha estratégias pedagógicas incentivadoras da formação de habilidades cognitivas, expressão do pensamento e da linguagem. Por isso, na elaboração do plano de aula é conveniente que ele contenha objetivos bem definidos, atividades que sejam adequadas ao interesse e particularidades que os alunos revelam, estratégias metodológicas que valorizem a capacidade de resolução dos problemas pelos alunos, cujos desafios possam ser superados. Assim, uma avaliação que aponte resultados, contribuindo para uma análise reflexiva do professor e seu desempenho em sala de aula. "As informações que o professor vai obtendo no decorrer do processo auxiliam-no a modificar gradativamente seu parecer sobre o aluno, em relação às suas potencialidades e suas limitações...". (MELCHIOR, 2002, p. 16). São justamente os procedimentos adotados para avaliação que irão possibilitar ao professor os meios necessários para melhor compreender o

aluno, sua aprendizagem com suas possibilidades e limitações, a fim de que a ação docente seja desenvolvida com desafios para os alunos que resultem na produção do seu conhecimento.

As atividades previstas deverão ter como referência um processo avaliativo contínuo e constante, para que os procedimentos didáticos utilizados possam ser eficientes meios para aprendizagem de qualidade de todos os alunos. O professor, ao pensar seu plano de aula, tem também a responsabilidade de, a partir da avaliação, diariamente prever sua dinâmica em sala de aula, dessa forma revitalizando o que é positivo e propondo outras ações mais eficientes para a progressão dos alunos.

É também conveniente destacar que, ao definir seu planejamento e nele incluindo o plano de aula, o professor estará imbuído da responsabilidade de prever uma rotina que favoreça a execução de atividades como: brincadeiras no espaço interno e externo da sala de aula e escola, incentivo ao movimento corporal, criatividade, adequadas atitudes humanas, sociais e afetivas, linguagem e pensamento (oral e escrito), matemática (interação com objetos concretos que incentivem progressivamente o desenvolvimento do raciocínio lógico).

A determinação dos recursos físicos e materiais são importantes na execução do plano de aula.





Figura C.2: O professor realizando atividades lúdicas



Ver Caderno Alternativas Metodológicas para Aluno com Déficit Cognitivo - 6º semestre, Unidade B: Perspectiva processual de educação: proposta pedagógica. Categorias de adaptações curriculares de grande porte e Categorias de adaptações curriculares de pequeno porte.

A primeira condição para o planejamento é partir das necessidades e urgências que emergem a partir de uma sondagem sobre a realidade da classe. Nesse sentido, conhecendo essa realidade, o professor em formação poderá detectar com mais exatidão quais as urgências e necessidades mais significativas que precisam ser enfocadas e estudadas para a elaboração do planejamento de aula.

O planejamento, parafraseando Libâneo (1994) é "um guia de orientação", pois nele se constituem os meios para efetivação do trabalho docente. A partir da constatação preliminar da realidade, passa a ser importante a elaboração dos objetivos, uma vez que ele será o roteiro, o guia da dinâmica, do processo de planejamento e execução. Ao planejar a ação docente é conveniente não esquecer que a proposta educativa e a matriz curricular proposta para todos os alunos, incluídos também os alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, os alunos com necessidades educacionais especiais necessitarão de objetivos que garantam uma prática capaz de definir uma metodologia adequada as suas necessidades . Assim, há necessidade sempre de adaptações que certamente irão requerer ajustes e modificações na execução do planejamento.

Para Libâneo (1994), todo o planejamento requer:

- guia de orientação;
- ordem seqüencial;
- objetividade;
- coerência;
- flexibilidade.

O guia de orientação acima citado destaca uma ordem seqüencial que todo o planejamento requer. No entanto, o professor tem também a responsabilidade de valoriza as oscilações e ritmos diferenciados que o pensamento de alunos com necessidades educacionais especiais, especialmente aqueles que têm déficit cognitivo, apresentam.

Para desenvolvimento do conteúdo, que são os meios para alcançar os objetivos, Menegolla

& Sant'Anna (1998) revelam cinco características que deve apresentar um plano de aula (ou plano de disciplina):

- objetividade e realismo - o plano deve ser adequado à realidade.
- funcionalidade - o plano deve facilitar o ensino do professor e a aprendizagem dos alunos;
- simplicidade - o plano deve ser claro e simples na sua estrutura, organização e operacionalidade, mas profundo em conteúdo;
- flexibilidade - torna mais possível de realizar alterações devido às novas situações não previstas que possam ocorrer;
- utilidade - o plano deve atender as reais urgências e necessidades a todos que nele vão se envolver.

No planejamento de uma disciplina para uma turma, o professor tem que levar em consideração, em primeiro lugar, a situação real, tentar investigar a realidade, para poder organizar uma ação apropriada. Professor e aluno precisam se conhecer para que as ações facilitadoras de aquisição do conhecimento possam fluir naturalmente como consequência do processo. A sondagem disponibiliza os dados para que possamos planejar de forma objetiva, a partir do aluno e para o aluno. Também a sondagem define e delimita os objetivos dos professores em relação à disciplina e aos conteúdos, que serão ensinados e estudados pelos alunos.

Ao planejar uma aula para determinada turma, o professor poderá seguir as seguintes estratégias segundo Menegolla & Sant'Anna (1998):

- conhecimento e análise da realidade do aluno, do professor, da escola e da comunidade;

- definição dos objetivos dos alunos e dos professores em relação à disciplina;
- delimitação dos conteúdos mais significativos para atingir os objetivos;
- escolha dos melhores procedimentos e técnicas de ensino;
- seleção dos possíveis e melhores recursos humanos e materiais;
- estabelecimento dos melhores processos de avaliação, assim como as melhores técnicas e instrumentos.

No planejamento da disciplina, também a avaliação é um elemento presente e indispensável do processo de ensino aprendizagem e esta tem que ocorrer em diferentes momentos da atividade. A avaliação

possibilita que o professor conheça o aluno individualmente e em relação à classe, estabelecendo um parâmetro para as atividades posteriores. A avaliação para o professor não pode limitar-se apenas às provas finais, mas considerar os conhecimentos e habilidades que expressam no dia a dia da sala de aula.



Para outros detalhes sobre planejamento e avaliação, recomenda-se o caderno de Didática - 3º semestre, elaborado pelo Prof. Eduardo Terrazan e o caderno de Avaliação - 4º semestre, elaborado pelas Professoras Melânia de Melo Casarin e Maria Alcione Munhoz.



UNIDADE

# D

## RELATÓRIO TEÓRICO- PRÁTICO DA REGÊNCIA

Pesquisadora:

Prof<sup>a</sup>. Maria Alcione Munhóz

### Objetivos da Unidade:

Conhecer os principais fundamentos que orientam a elaboração do relatório das atividades desenvolvidas na atuação pedagógica.

Adquirir conhecimento para, ao final da atuação pedagógica, ser capaz de redigir e apresentar o relatório.

# Introdução

A Unidade D, Relatório teórico - prático da regência, diz respeito à elaboração do relatório das atividades desenvolvidas na atuação pedagógica, bem como a apresentação do relatório.

# 1 Elaboração do relatório das atividades desenvolvidas na atuação pedagógica

A redação do relatório é o momento final de um trabalho. No entanto, essa atividade não vai exclusivamente representar uma ação conclusiva, porque, ao registrar um trabalho realizado, certamente surgem questionamentos e outros aspectos que poderão apontar a necessidade de estudos posteriores.

O principal cuidado de quem faz um relato registrado por escrito é identificar criteriosamente o caminho percorrido na efetivação do trabalho proposto e realizado.

Para estruturar um relatório há que se cuidar para que ele contenha: introdução, desenvolvimento e conclusão.

A introdução do relatório contém uma informação inicial que contextualiza o trabalho realizado, descrevendo o local onde a atividade foi realizada, uma noção geral do planejamento, contendo a proposta pedagógica: tema, objetivos, finalidade do trabalho e avaliação. É conveniente dizer que, ao ler a introdução de um relatório, o leitor sintá-se motivado a conhecer o trabalho apresentado.

Também devem aparecer na introdução os indicadores teóricos que dão suporte ao trabalho realizado, bem como uma breve referência aos aspectos metodológicos que estruturam o trabalho na seqüência de sua execução.

Feitos esses esclarecimentos, o relatório então se organizará na sua segunda parte que é o desenvolvimento. Aqui será descrita a proposta pedagógica que foi implementada, ou seja, o planejamento tal qual foi proposto nos mínimos detalhes. Na parte correspondente ao desenvolvimento, estão contidos os registros diários do trabalho realizado, que são decorrentes do plano de aula previsto a partir do planejamento.

Por fim, o relatório deve conter a conclusão ou as considerações finais do trabalho. Na verdade, um trabalho ao final é apenas uma etapa que revela resultados alcançados a partir dos objetivos definidos previamente. É conveniente que o trabalho contenha uma avaliação do que foi proposto, o ponto de vista de quem executou a ação com a opinião dos fatos relevantes, aspectos a melhorar e sugestões.



Ver Caderno Processos Investigativos em Educação III - 3º semestre. Maria Medianeira Padoin (autora) - Unidade B: A redação do trabalho científico. 2006, p. 32 a 36.



Figura D.1: O professor redigindo seu relatório



## 2 Apresentação do relatório

Realizada a produção escrita do relatório, é necessário que exista uma apresentação oral em cada pólo. É conveniente que as vivências da prática de ensino, realizadas durante o estágio supervisionado, sejam socializadas no

pólo, sendo essa proposição combinada com a Coordenação e professores Supervisores de estágio no semestre da oferta.

# Referências

## Referências Bibliográficas

- ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- BEYER, H. O. **Alternativas metodológicas para o aluno com déficit cognitivo**: 6º Semestre. 1 Ed. Santa Maria: UFSM, Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação em Educação Especial a Distancia, 2005.
- BOAS, B. M. F. V. Projeto-Político-Pedagógico e a avaliação. In: VEIGA, I. A & RESENDE. L. M. G (org). **Escola**: espaço do projeto-político-pedagógico. Campinas, SP, Papyrus, 1998, p. 1799-199.
- BOLÍVAR, Antonio. A escola como organização que aprende. In CANÁRIO, Rui. **Formação e situações de trabalho**. Porto: Porto Editora, 1997.
- BRUNO, M.M.G. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão: introdução. 4.ed. Brasília. MEC/SEESP, 2006.
- CASTRO. A. M; RIBEIRO,M. L. S. ; BAUMEL, R, C. R.(Org). **Educação Especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. 6ª ed. Rio de janeiro: Editora Campos, 1999.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortes, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARQUES, Mario. **O. Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. 4 ed. Ujuí: Ed. Unijuí, 2001.
- MEC/SEESP. **Diretrizes sobre estimulação precoce**. Série diretrizes: o portador de necessidades educativas especiais/Secretária de Educação Especial. Brasília, 1995.
- MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: 1994.
- MENEGOLLA, M. & SANT'ANNA, M. I. **Porque planejar? Como planejar?** Currículo - Área - Aula. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Didática**: aprender a ensinar. São Paulo: Ed. Loyola, 1989.
- MELCHIOR, Maria Celina. **Avaliação Pedagógica**: função e necessidade. 3.ed. Porto Alegre, Mercado Aberto. 2002.
- NÓVOA, Antonio. Para uma análise das instituições escolares. In NÓVOA, Antonio (org). **As organizações escolares em análise**. Rio de Janeiro: Dom Quixote, 1995.

OSORIO, A. C. N. Marcos Referenciais do Projeto-Político-Pedagógico. Texto elaborado para o Encontro De Educação Especial, promovido pela Secretária de Educação Especial do Ministério da Educação em Pirinópolis, Goiás, 1998.

PADOIN, Maria Medianeira. **Processos Investigativos em Educação III**. Caderno EaD - 3º Semestre. Curso de Educação Especial. UFSM. Santa Maria, 2006

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. São Paulo: Editora àtica, 1998.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos**. Um guia metodológico. 2.ed. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de estrutura e apresentação de monografia, dissertação e tese**. 6.ed. Santa Maria, 2005.

Sites para consulta:

[http:// www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br)

<http://portalme.gov.br>



























